



Interesse de
acionista
Lessa, do
BNDES:
denúncia não
afasta apoio
ao consórcio
de teles.
Página 6

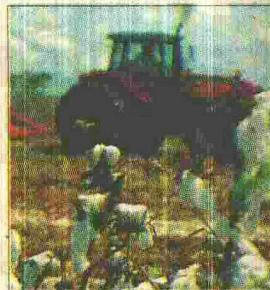
O ESTADO DE S. PAULO

E & NEGÓCIOS

Economia

TERÇA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2004

Vitória
brasileira
Decisão da
OMC contra
subsídio ao
algodão dos
EUA agrada
ao Brasil.
Página 18



Palocci: novo superávit não muda aperto fiscal

Para ministro, projeto
sobre contabilidade de
gastos com infra-estrutura
não ameaça ajuste

FÁBIO ALVES
Correspondente

NOVA YORK – O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse ontem que a decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) de incluir o Brasil no estudo de um projeto piloto para excluir do cálculo de superávit primário os gastos com infra-estrutura não representará uma redução do esforço fiscal feito pelo Brasil. “O FMI não permitiu a exclusão dos investimentos em infra-estrutura nem nós pretendemos fazer isso. O superávit primário é o superávit primário”, afirmou Palocci, antes de se encontrar com investidores em almoço promovido pelo Conselho das Américas.

O ministro esclareceu que o que existe é uma “consideração positiva” do FMI de que o Brasil pode estabelecer, juntamente com outros países, projetos piloto que considerem os investimentos das estatais e alguns investimentos públicos com características específicas de retorno, rentabilidade e eficiência sob tratamento diferente no cálculo do superávit. “É uma estratégia que estamos dialogando com o Fundo para qualificar os investimentos e dar mais qualidade ao nosso quadro fiscal, principalmente valorizando investimentos que, pela sua capacidade de retorno, vão dar ao País mais força fiscal e não enfraquecimento.”

De acordo com o ministro, essa decisão do FMI é, na verdade, o oposto do que se imagina. E, segundo ele, o governo não quer tirar do esforço fiscal



Joedson Alves/AE

Palocci: medida adotada pelo FMI pode ajudar a melhorar o cenário do crescimento econômico

DECISÃO
‘É O OPÓSTO
DO QUE SE
IMAGINA’

os investimentos. “Queremos valorizar os investimentos que, pela sua alta rentabilidade, fortaleçam o quadro fiscal brasileiro.”

Ao ser indagado sobre quanto haveria para investimento em infra-estrutura, se a medida fosse adotada hoje, Palocci disse não ter esse número no momento. Segundo ele, os estudos do projeto piloto do FMI dariam essa resposta. Mas o ministro vol-

tou a frisar que “o governo não quer minimizar o esforço fiscal”. De acordo com Palocci, a equipe econômica já reafirmou em diversas oportunidades que o equilíbrio fiscal é um compromisso de ouro do governo. “É o que faz com que a nossa dívida tenha uma dinâmica e um comportamento melhores para o País, além de permi-

PERGUNTAS SEM RESPOSTAS

- Quais são as principais dúvidas sobre as mudanças nas regras para cálculo do superávit primário
- ✓ Que tipo de gasto entrará nessa nova regra?
 - ✓ Quais serão os critérios para escolher os projetos?
 - ✓ Quanto será possível investir a mais?
 - ✓ Essa regra será aplicada ainda este ano?
 - ✓ Como mexer na regra de cálculo do superávit primário sem comprometer a credibilidade da política de redução da dívida como proporção do PIB?
 - ✓ O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, é favor ou contra essas mudanças?

tir no médio e longo prazos investimento maior, tanto em infra-estrutura quanto nos programas sociais.”

O ministro disse esperar que, ao valorizar o quadro fiscal brasileiro, essa medida do FMI melhore o cenário de crescimento econômico. “Quando você fala em valorizar os investimentos em infra-estrutura, o resultado

esperado é que o PIB potencial do Brasil mude para mais.” Indagado se o Brasil passaria a divulgar dois índices de superávit primário, Palocci disse que não. Segundo ele, neste ano o Brasil deve desenvolver projetos piloto no âmbito da decisão do Fundo e, “a partir daí, nos próximos anos, nós podemos ter novidades nesse campo”.